

POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O QUE TEMOS A VER COM ELA?

*A contribuição da PNDR para a construção
de um Brasil de todas as regiões.*



Ministério de
Integração Nacional



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Ministro da Integração Nacional

Geddel Vieira Lima

Secretário-Executivo

Luiz Antônio Souza da Eira

Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional

Henrique Villa da Costa Ferreira

Secretária de Programas Regionais

Marcia Regina Sartori Damo

Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste

José Antônio da Silva Parente

Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica

João Reis de Santana Filho

Secretaria Nacional de Defesa Civil

Roberto Costa Guimarães

Coordenador de Projeto

Mário Salimon

Supervisão

Assessoria de Comunicação Social [Ascom]

Texto original:

Carlos Eduardo Bastos Fialho

Adaptação do Texto:

Henrique Villa da Costa Ferreira

Revisão e Projeto Gráfico

CECIP (Centro de Criação de Imagem Popular)

A Cartilha Popular da PNDR é realização do Ministério da Integração Nacional, desenvolvida com o apoio do Projeto de Cooperação Técnica MI/ Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) para Ações de Desenvolvimento Regional e Integração Nacional.

Endereço para correspondência - Brasília, DF
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala 898, CEP 70062-900
Telefone [61] 3414-5887 | Fax [61] 3414-5488

A Cartilha Popular está disponível no seguinte endereço:
< <http://www.integracao.gov.br> >

A P R E S E N T A Ç Ã O

Por meio de comunicação direta com o cidadão, procuramos levar ao grande público uma mensagem que traduza a relevância da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR - como política pública.

O país não pode permitir que parte significativa de seus habitantes seja excluída do processo global de acesso a bens, serviços e oportunidades de desenvolvimento por conta do local em que nasceram ou escolheram para viver.

Essa é a maior contribuição da PNDR: incentivar a redução das indesejáveis desigualdades regionais brasileiras. Trata-se do resgate de uma dívida histórica do Estado Brasileiro.

A cartilha procura sinalizar, para a população em geral, o que cada cidadão pode fazer para consolidar a política regional brasileira como um instrumento de inclusão social, econômica e de redução das desigualdades do nosso país.

Boa leitura a todos!

Geddel Vieira Lima

Ministro da Integração Nacional

CAPÍTULO

1

DESENVOLVIMENTO





REGIONAL:

**do que se trata
e para que serve?**

VALIAE

TRANSPORTE

NOVOS PRODUTOS

INFORMAÇÃO

SEGURANÇA PÚBLICA

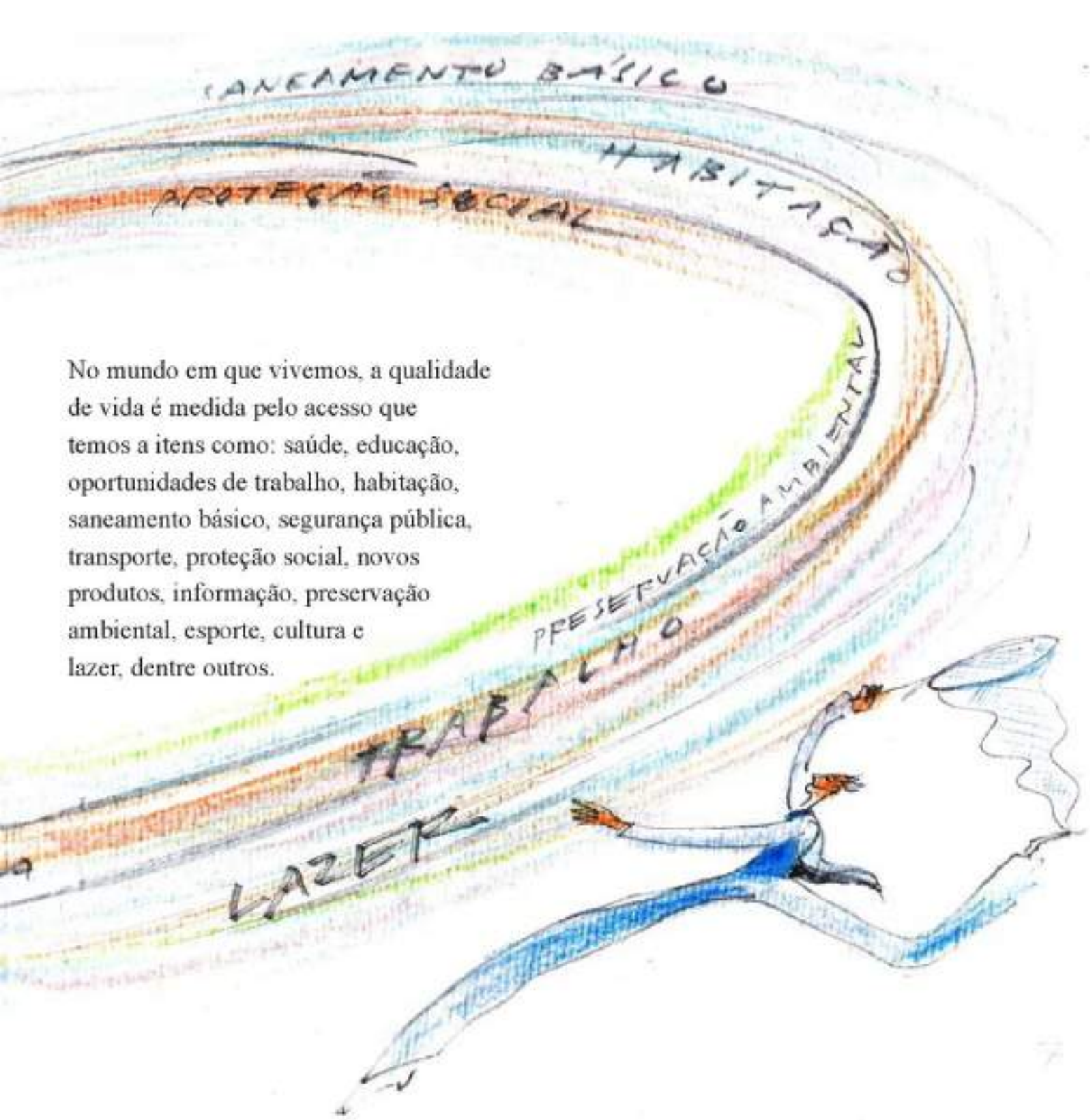
ESPORTE

CULTURA

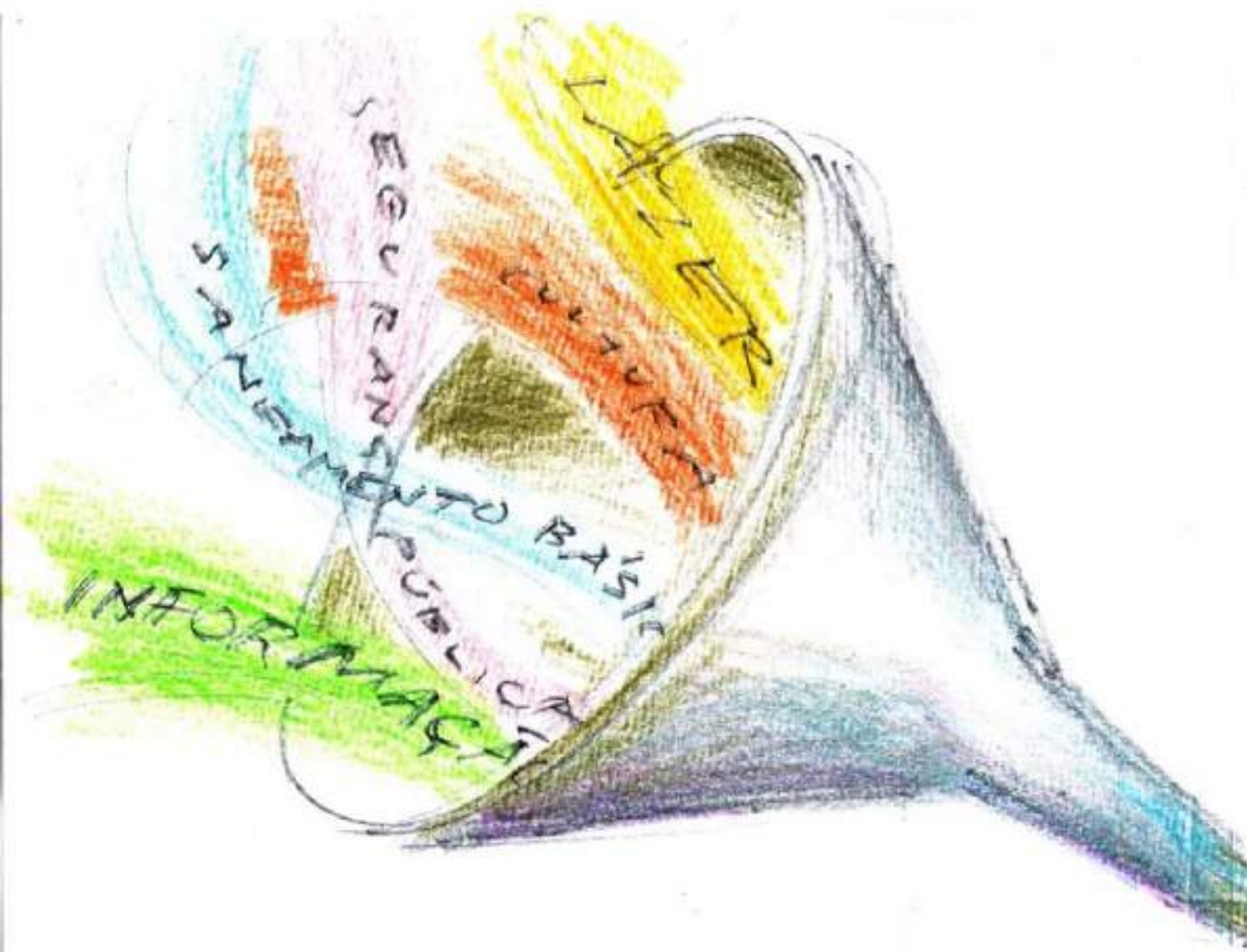
EDUCAÇÃO

“Para ser feliz, qualidade de vida é fundamental”,

dizia uma antiga propaganda que associava um determinado produto à satisfação de se estar vivo e aproveitar a vida, com qualidade.



No mundo em que vivemos, a qualidade de vida é medida pelo acesso que temos a itens como: saúde, educação, oportunidades de trabalho, habitação, saneamento básico, segurança pública, transporte, proteção social, novos produtos, informação, preservação ambiental, esporte, cultura e lazer, dentre outros.



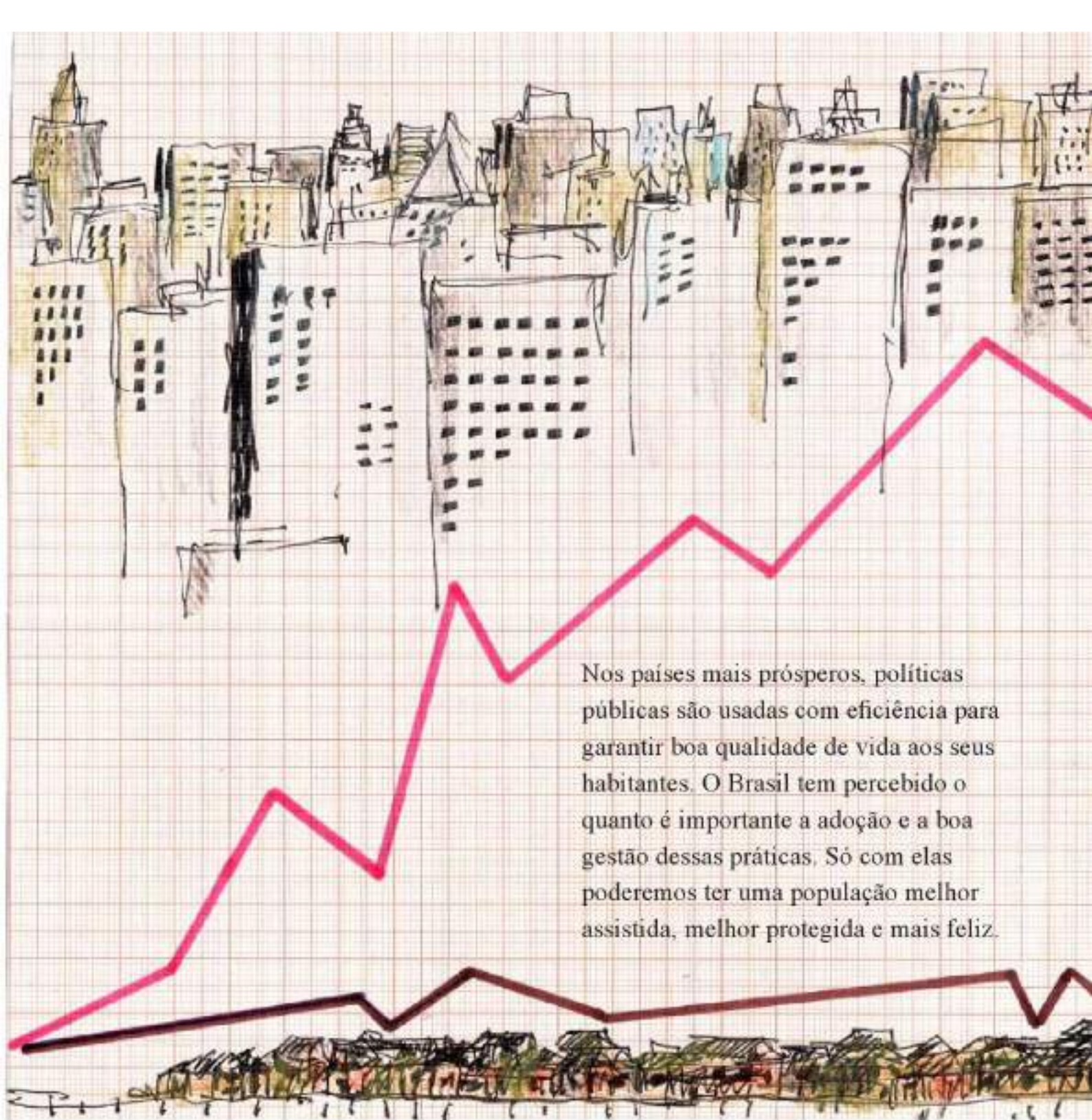
Para que esse conjunto de benefícios possa ser entregue à população em geral, os governos comprometidos com a qualidade de vida utilizam instrumentos que possibilitam o acesso desses bens e serviços à população. Tais instrumentos são conhecidos como “Políticas Públicas”. Elas têm a finalidade de orientar todas as ações que os órgãos governamentais devem seguir, a fim de proporcionar desenvolvimento, bem-estar e prosperidade para toda a sociedade.







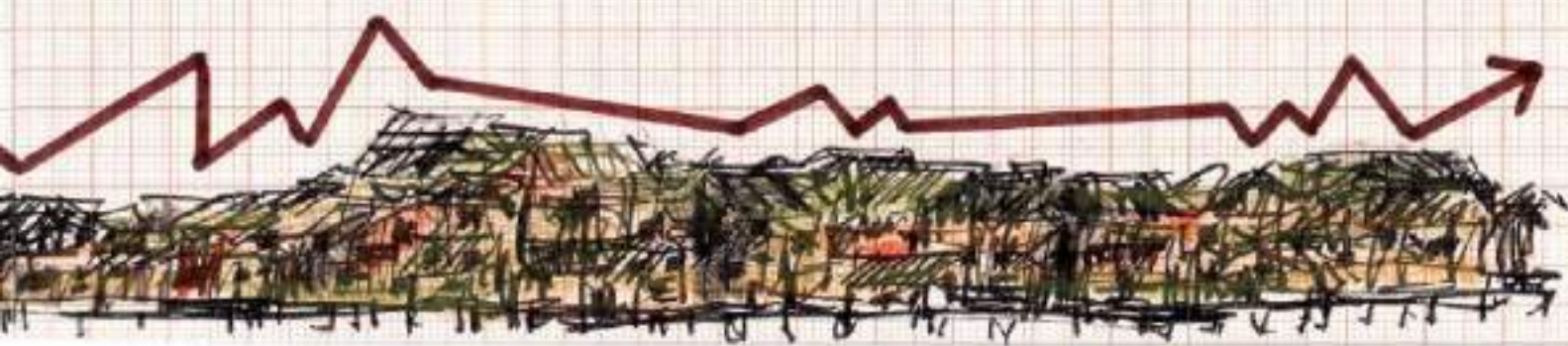
Quanto mais eficientes forem as políticas públicas, mais ar puro, saúde, moradia, infra-estrutura, segurança, diversão, conhecimentos, qualificação profissional e oportunidades sustentáveis de trabalho e renda estarão disponíveis para a construção de uma nação mais justa, integrada e soberana.





Historicamente, o nosso país estabeleceu um modo de ocupação do território e de entrega de serviços públicos que privilegiou algumas partes em detrimento de outras. Construimos, desde o descobrimento, um país desigual, e isso se reflete na situação com que nos deparamos nos nossos

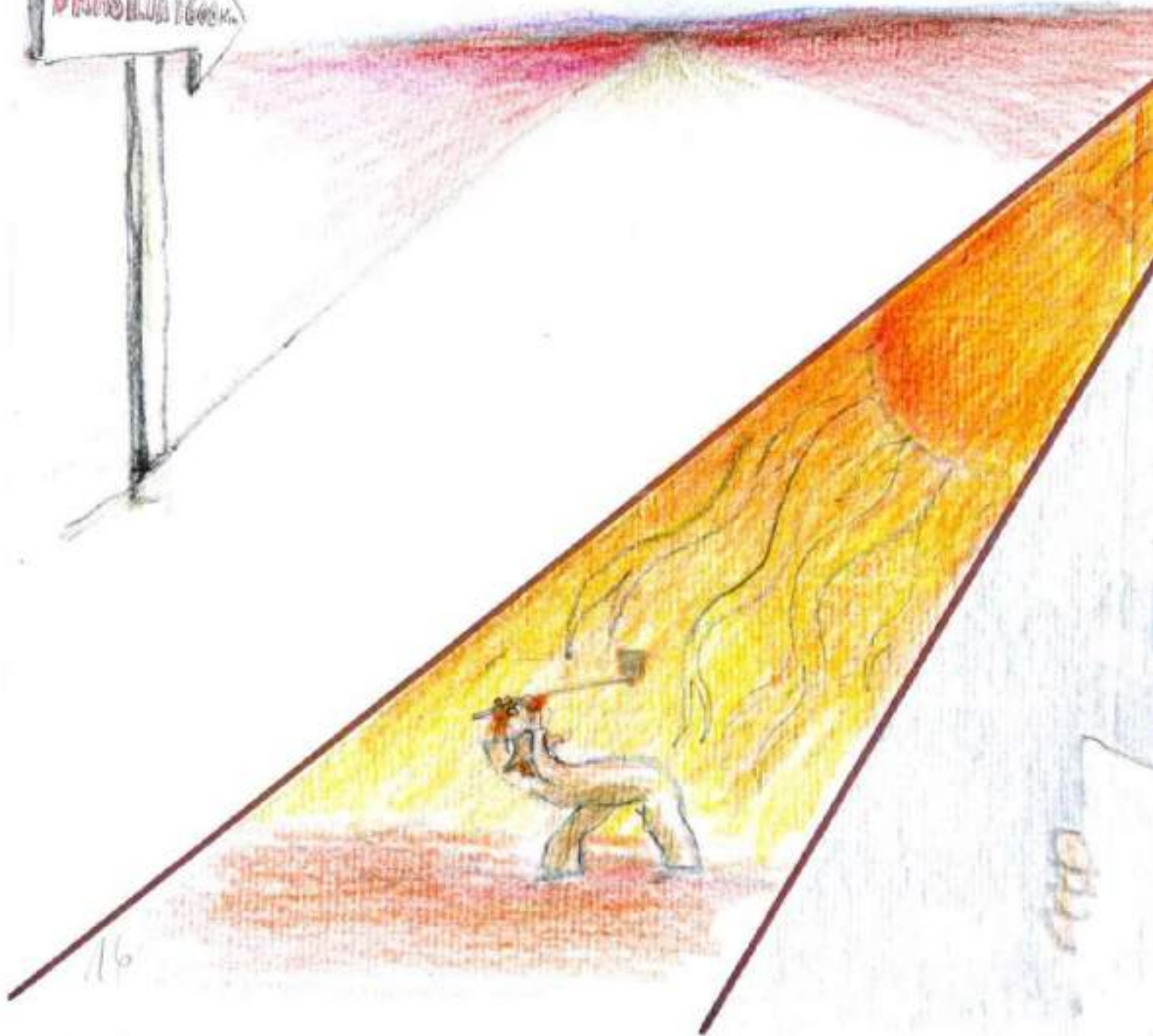
municípios, cidades e regiões. Por aqui, existem algumas localidades com tudo de bom e de melhor, um padrão de vida semelhante ao que percebemos nas regiões mais desenvolvidas do mundo. Mas em outras partes, parece que o Brasil parou no tempo e esqueceu certas comunidades.



Essa situação de desigualdade, criada ao longo da nossa história, sempre preocupou os governos que, invariavelmente, respondiam às demandas por meio de grandes obras e empreendimentos regionais – como a construção de Brasília ou a Zona Franca de Manaus –, empreitadas que em muito contribuíram para diminuir certas desigualdades regionais.

Mas essas grandes obras e projetos não foram suficientes para acabar com o drama das regiões menos favorecidas.





16

16



Problemas como grandes distâncias, dificuldade de acesso, pobreza do solo, incerteza de chuvas e baixa escolaridade são alguns exemplos de dificuldades que insistiram em caracterizar o país como um dos mais desiguais do mundo.

Por essa razão, as políticas regionais são importantes. Elas olham o território nas diversas dimensões, seja ele um conjunto de municípios ou uma região, como conhecemos, oferecendo opções de geração de emprego e renda que podem contribuir para que, em qualquer lugar do país, haja prosperidade e qualidade de vida. Essa é a contribuição que uma boa política de desenvolvimento regional pode oferecer ao Brasil: mais emprego, mais renda, mais prosperidade e mais qualidade de vida para os brasileiros de todas as regiões.



CAPÍTULO

2

A CRIAÇÃO DA



POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PNDR

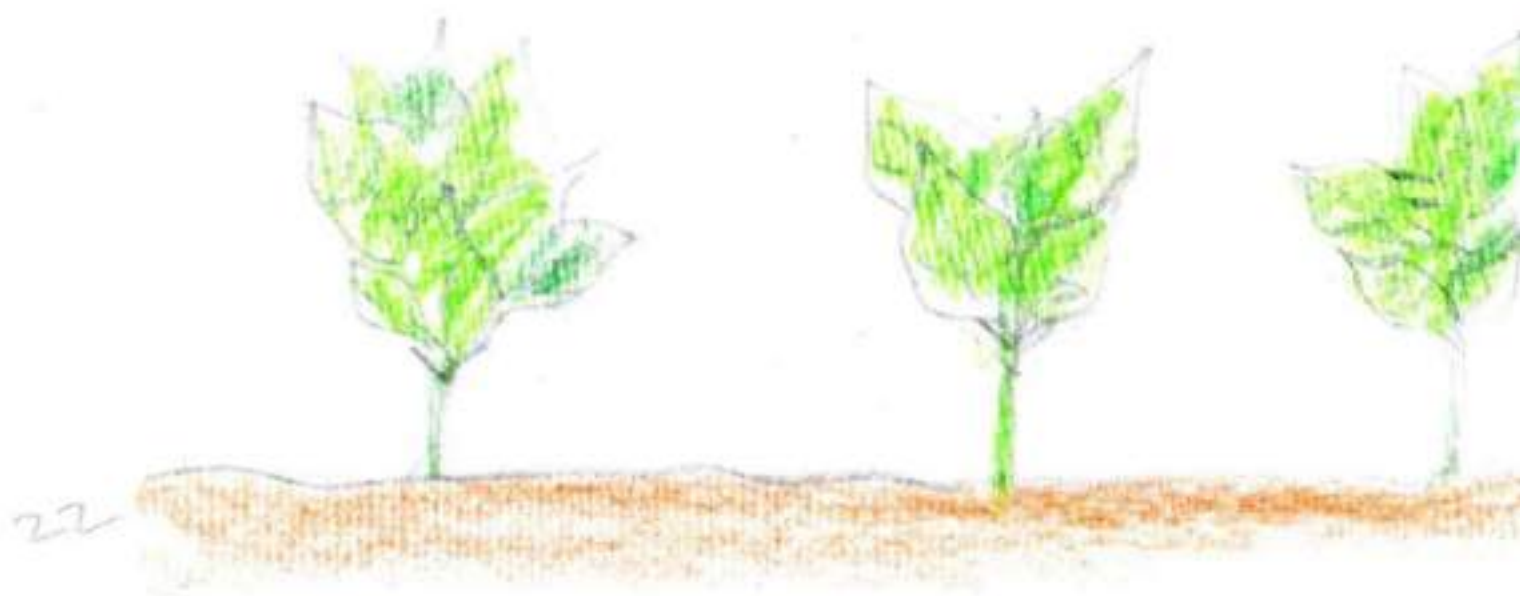
**Uma proposta de política pública para a
construção de um Brasil de todas as regiões**

A superação das nossas desigualdades regionais começou a ganhar novos ares de esperança com a criação do Ministério da Integração Nacional, em 1999. Desde então, o Ministério tem reunido alguns dos melhores técnicos e especialistas no

tema, no sentido de oferecer propostas para uma melhor compreensão das reais necessidades das regiões menos favorecidas do nosso país, e de que forma essas necessidades podem ser definitivamente atendidas.

Em 2003, com uma clara sinalização de prioridade para o tema, a esperança se renovou e um novo clima motivou e contagiou as regiões brasileiras, gerando reuniões e debates do Governo Federal com representantes de toda a sociedade civil brasileira.

Os encontros realizados com funcionários públicos, empresários, sindicalistas, lideranças comunitárias, entidades não governamentais e professores, entre outros, serviram de base para que os especialistas e técnicos do Governo elaborassem os princípios daquela que nasceu para se



tornar um dos mais poderosos instrumentos de mudança na qualidade de vida do povo brasileiro: a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR.

Criada pelo decreto presidencial nº 6047 de 22 de fevereiro de 2007, a Política

Nacional de Desenvolvimento Regional surgiu com a missão de combater as desigualdades regionais brasileiras e promover a inclusão social e a valorização cultural das populações mais pobres do país e dos territórios menos favorecidos por outras políticas públicas.



CAPÍTULO 3

O FUTURO

Idealizada para apoiar programas e ações regionais e territoriais pelo Brasil afora, a PNDR tem, como uma de suas prioridades, o incentivo aos sistemas produtivos locais.

Esses sistemas são chamados oficialmente de ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, ou simplesmente APLs, e representam um dos mais promissores caminhos de mudanças para a população e a nação brasileira.

DA PNDR

O que você tem a ganhar e o que pode fazer para ajudar!

Eles se originam da mobilização das comunidades em torno de atividades como: artesanato, confecção, calçados, alimentação, turismo, cultivos diversos, extrativismo e outros mais, que sejam próprias da vocação regional. Essa é uma grande novidade da PNDR.

Quem estabelece a forma de atuação na região ou a atividade econômica a ser priorizada são os chamados "atores sociais", que nada mais são do que os legítimos representantes da população no território.

Cinco exemplos regionais de Arranjos

REGIÃO NORTE: pesca e aquicultura

Localizado na Bacia do Rio Amazonas, o APL será formado pelos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins. Ali estão sendo instalados dois frigoríficos, nos municípios de Tabatinga e Santo Antônio do Içá, e 12 unidades flutuantes de recepção do pescado em comunidades pesqueiras selecionadas. O trabalho compreende todo o sistema de pesca, desde a captura do peixe até seu beneficiamento e comercialização. Também haverá cursos de capacitação do pessoal para a administração do negócio. Na segunda etapa do projeto, será construído, em Tabatinga, um Pólo de Processamento de Pescado, com uma indústria de processamento e uma fábrica de farinha de peixe.

REGIÃO NORDESTE Apicultura, caprinocultura e gesso

A Chapada do Araripe é uma das áreas definidas como prioritárias na PNDR e abriga 88 municípios, sendo 25 no sul do Ceará, 46 no leste do Piauí e 17 no oeste de Pernambuco. Os criadores de cabras e

bodes recebem cursos de capacitação para melhorar a qualidade dos rebanhos e, assim, a produção de carne e leite. Os produtores de mel são capacitados para melhorar seu produto e contam com unidades de beneficiamento e desenvolvimento dos derivados do mel para exportação. Os trabalhadores com gesso aprendem como aumentar sua capacidade de produção e aprimorar a qualidade de seu produto final. Desta forma, poderão vender peças mais bem acabadas e, assim, obter preços melhores.

REGIÃO CENTRO-OESTE Pólo de confecções

O APL de confecções de Jaraguá, no Vale do Patricio, Estado de Goiás, compreende, também, os municípios de São Francisco de Goiás, Goianésia, Uruana, Itaguaru, Ceres, Rialma e Itaguaru. Com mais de 800 empresas, é considerado um dos maiores pólos de confecção da região Centro-Oeste e, em 2004, foi selecionado entre os 11 projetos nacionais a serem atendidos pelo Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais do Governo Federal/GTP/APL. Faz parte, também, de uma pesquisa do Instituto de Pesquisa

Produtivos Locais apoiados pela PNDR

Econômica Aplicada/Ipea, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com apoio do Banco Mundial, que estuda casos de sucesso em arranjos produtivos locais no País.

REGIÃO SUDESTE Gemas e cachaça

Compreende 105 municípios de Minas Gerais, extremo sul da Bahia (Região Nordeste) e norte do Espírito Santo, tendo seus principais núcleos urbanos em São Mateus (ES); Teófilo Ottoni (MG); Porto Seguro, Eunápolis e Teixeira de Freitas (BA).

O APL de Cachaça e Alambique recebeu apoio na organização de seu sistema de produção, no aparelhamento das instalações e no trabalho de divulgação para que as marcas ficassem conhecidas no mercado. Foi criada, ainda, a Escola de Mestre de Alambiqueiro e uma unidade de produção, padronização, envelhecimento, armazenamento e engarrafamento e comercialização do produto, no município de Taboá da Serra (MG).

O APL de Gemas e Artefatos de Pedras contou com as seguintes iniciativas: instalação de um

centro de treinamento de lapidação e artefatos para ornamentação; cursos de administração e comercialização dos produtos; compra de equipamentos para as unidades de lapidação (artesanato mineral e joalheria). Também foi criada a Unidade de Comercialização de Gemas e Artefatos de Pedras, em Araçuaí (MG).

REGIÃO SUL Indústria moveleira

Situada na área de fronteira com a Argentina, este APL abrange 381 municípios entre o norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná. Para o fortalecimento da indústria moveleira, foi feito um programa de capacitação de pessoal nas seguintes áreas: desenho de móveis, planejamento e controle de produção e de qualidade, administração financeira, elaboração dos custos para estabelecer o preço dos produtos e comercialização. Também foi instalada a primeira Escola Técnica Central de Serviços de Moveleira do Oeste de Santa Catarina, em Chapecó, que conta com uma forte Associação de Moveleiros.

Para essas ações, não só os governos ou os representantes governamentais de cada região, mas também as cooperativas e organizações não governamentais podem se candidatar a receber apoio para plantação, fabricação, comercialização e distribuição dos seus produtos, além da aquisição de equipamentos, realização de pequenas obras de infra-estrutura, administração de capacitação, etc.

Na prática, essas iniciativas representam a possibilidade de acesso ao mercado brasileiro para novos produtos como: colares, anéis, pulseiras, chapéus, instrumentos musicais, tapetes, panos de chão, panos de prato, camisetas, bonés, bermudas, sapatos, sandálias, tênis, leite, queijos, pescados, frutas, verduras, legumes, carnes, além da instalação de pousadas e outras atividades e serviços. Também abrem as portas do mundo para mais produtos com a marca "Fabricado no Brasil (Made in Brazil)".



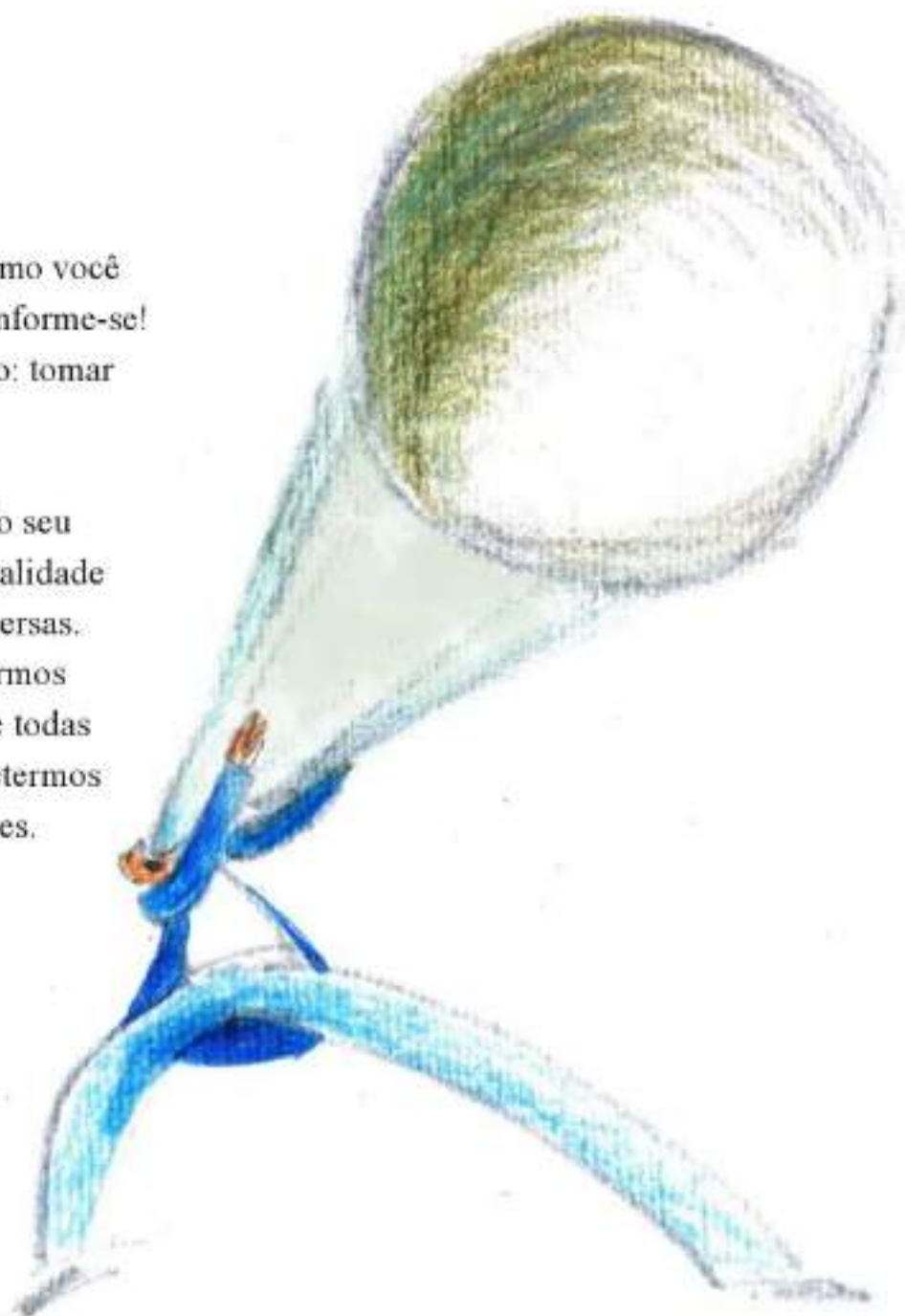
As oportunidades da PNDR não param de surgir. O Congresso Nacional está discutindo a aprovação do chamado Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional – FNDR.

Tão logo aprovado, o Fundo disponibilizará recursos para os estados e regiões de todo o país, dinheiro para o desenvolvimento regional, para a redução das desigualdades que nos separam, em um valor tão expressivo como nunca antes se viu por aqui. E, ainda, recursos para atender reivindicações como pavimentação ou construção de pequenas rodovias para escoamento de produção; eletrificação de localidades isoladas; postos de saúde; escolas; saneamento e água para todos. Enfim, obras de infra-estrutura para tornar as regiões mais atrativas e interessantes para as empresas, as pessoas e a cidadania local.



Procure saber na sua região como você pode participar. Organize-se, informe-se! São seus direitos como cidadão: tomar conta, cuidar e ser ouvido!

É a política pública cumprindo seu dever de levar, ao cidadão, qualidade de vida por meio de ações diversas. É a oportunidade de participarmos da construção de um Brasil de todas as regiões e de nos comprometermos com o futuro das nossas regiões.



O QUE VOCÊ PODE FAZER PARA PARTICIPAR DA PNDR

Você pode procurar grupos organizados – como associações, sindicatos e organizações não governamentais – para que, coletivamente, tenha mais força e condições reais de participação junto ao poder público. Com certeza você deve encontrar algum tipo de associação em sua comunidade, bairro, distrito ou município.

Nestas associações, todos debatem livremente, expõem e avaliam suas necessidades, trocam experiências e podem encaminhar propostas para serem levadas em audiências públicas ou em Fóruns.

Os Fóruns realizam reuniões abertas com a participação de entidades representativas da sociedade civil, de setores que trabalham com desenvolvimento regional, organizações não governamentais, além do governo federal, das prefeituras e governos estaduais. Ali são debatidas propostas que possam orientar políticas públicas adequadas para as diferentes realidades de cada região.



Ministério da
Integração Nacional

